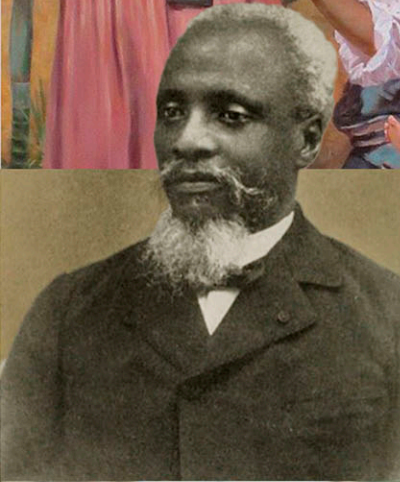
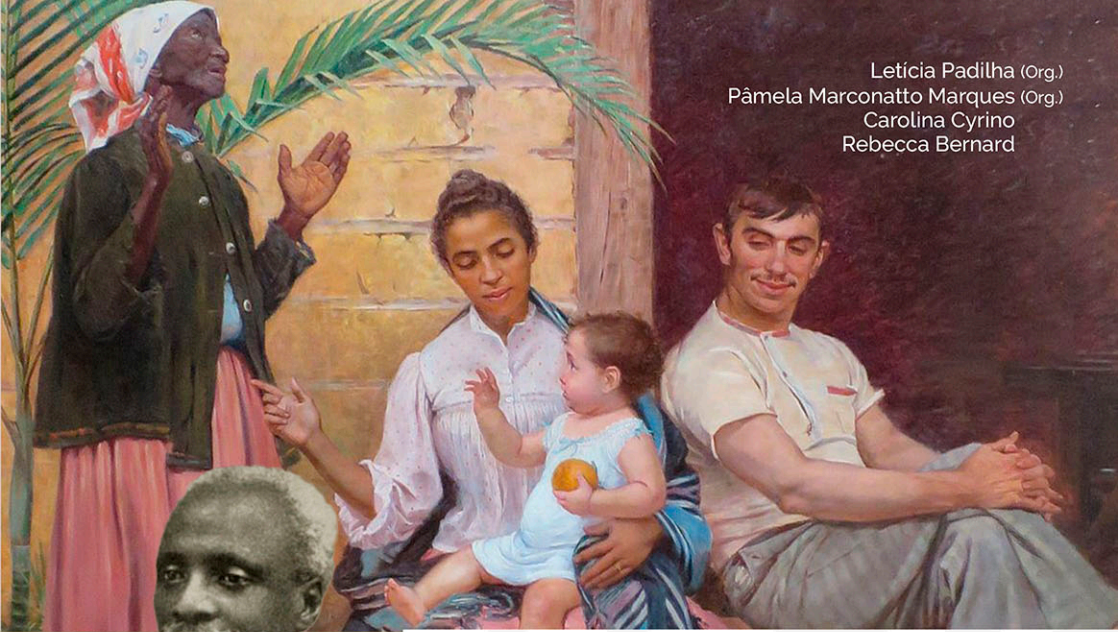


Leticia Padilha (Org.)
Pâmela Marconatto Marques (Org.)
Carolina Cyrino
Rebecca Bernard



Brasil e Haiti

Racismo, ciência,
lutas históricas e dramas atuais



Da grande repercussão do Seminário "Brasil e Haiti - Racismo e Ciência: dramas históricos, dilemas atuais", organizado pela Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra da OAB-RS em novembro de 2019, surgiu a ideia de produzir um livro, mantendo, entretanto, a marca da oralidade das apresentadoras. No primeiro capítulo, estarão estudo da obra de Joseph-Anténor Firmin, antropólogo e advogado haitiano, que publicou o livro "A Igualdade das raças humanas", em resposta à obra racista de Arthur de Gobineau, a partir da palestra de Pâmela. No segundo capítulo, serão apresentadas considerações sobre o racismo científico no Brasil, desde experimentos da redução étnica e eugenia, e suas convergências com a ideia de aperfeiçoamento da nacionalidade, através de missões civilizatórias de instruir e sanear populações tradicionais, com a palestra de Carolina. No terceiro e último capítulo estará o relato de experiência de imigração haitiana na cidade de Porto Alegre/RS, a partir da palestra de Rebecca. Esperamos que a leitura dessas páginas consiga acionar a mesma comoção surgida naquela noite memorável.



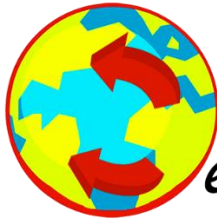
Comissão Especial
da Verdade sobre a Escravidão Negra



NEPEMIGRA



Brasil e Haiti



ESTUDOS ÉTNICOS e MIGRAÇÕES

Diretores da série:

Caroline von Mühlen

(Doutora em História – PUCRS/Professor do Colégio Sinodal – Portão/Coordenadora do GT Estudos Étnicos e Migrações da ANPUH-RS e vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

Rodrigo Luis dos Santos

(Coordenador e Professor dos Cursos de Geografia e História do Instituto Superior de Educação Ivoti/Doutorando em História – UNISINOS/Vice-coordenador do GT Estudos Étnicos e Migrações da ANPUH-RS e presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

Editor Técnico:

Lucas Margoni
PUCRS, Brasil

Comitê Editorial e Científico:

Daniel Luciano Gevehr

(Doutor em História - UNISINOS/Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional – FACCAT)

Tiago Weizenmann

(Doutor em História – PUCRS/Coordenador Pedagógico e professor no Centro de Ciências Humanas e Sociais – UNIVATES)

Márcia Solange Volkmer

(Doutora em História – UFRGS/ Professora no Centro de Ciências Humanas e Sociais – UNIVATES)

José Edimar de Souza

(Doutor em Educação – UNISINOS/Professor no Programa de Pós-graduação em Educação da UCS)

Marcos Antônio Witt

(Doutor em História - PUCRS/Professor do Programa de Pós-graduação em História da UNISINOS)

Brasil e Haiti

Racismo, Ciência, lutas históricas e dramas atuais

Organizadoras:

Letícia Padilha

Pâmela Marconatto Marques



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



A publicação dessa obra contou com o aporte da CAPES/PROEX, viabilizado mediante edital do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Série Estudos Étnicos e Migrações – 7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PADILHA, Leticia; MARQUES, Pâmela Marconatto (Orgs.)

Brasil e Haiti: Racismo, Ciência, lutas históricas e dramas atuais [recurso eletrônico] / Leticia Padilha et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

43 p.

ISBN - 978-65-87340-54-8

DOI - 10.22350/9786587340548

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História; 2. Racismo; 3. Ciência; 4. Haiti; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e Relações Sociais

177

Sumário

Apresentação	9
Letícia Marques Padilha	
I	12
Anténor Firmin: o legado antirracista do emblemático jurista e antropólogo haitiano	
Pâmela Marconatto Marques	
II	20
Sob o olhar do outro: o experimento do racismo científico nas missões brasileiras de instruir e sanear populações pesqueiras	
Carolina Cyrino	
III	34
Imigração haitiana no Brasil: Considerações a partir do relato de experiência de uma pesquisadora haitiana	
Rebecca Bernard	
Sobre as autoras	42

Apresentação

Leticia Marques Padilha

A idealização de um seminário sobre os dois países Brasil e Haiti - "**Racismo e Ciência: lutas históricas, dramas atuais**" nasceu de uma conversa informal, sem grandes pretensões, e se concretizou num lindo evento organizado pelo grupo de estudos da Comissão da Verdade Sobre a Escravidão Negra do RS/ OABRS, com o apoio da Escola Superior da Advocacia/ESA-RS.

A conexão entre essas duas nações é histórica, mais precisamente no que tange ao tema escravidão, visto que ambos os países remontam, em suas trajetórias, à existência do preconceito e da discriminação.

A Revolução Haitiana (1791-1804) tratou-se de um levante paradigmático na colônia de Saint-Domingue, levando à eliminação da escravidão e à independência do Haiti e tornando-o a primeira república governada por pessoas de ascendência africana. A Revolução Haitiana é considerada como um momento decisivo na história dos africanos no Novo Mundo.

Já no Brasil, somente houve o fim da escravidão no ano de 1888, por forte pressão de países estrangeiros, visto o Brasil ser o último país das Américas a ainda manter esse sistema.

Hoje, a conexão entre esses dois países se atualiza nos haitianos que chegam ao território brasileiro, pelos mais diversos motivos, quando o cenário catastrófico causado pelos desastres naturais que assolaram o Haiti, associado a crises políticas e econômicas levou milhares a migrarem para outros países, sendo o Brasil um dos principais fluxos desse processo migratório a partir de 2010. Notável que a mobilidade é parte integrante da biografia do povo haitiano.

A busca por trabalho foi uma das principais motivações para a vinda da população haitiana para o Brasil. Os haitianos vislumbravam o Brasil com esperança, acreditando que poderiam encontrar boas oportunidades de trabalho e melhoria de vida. Outro fator relevante para a escolha do território brasileiro como destino foi a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, criada em 2004, liderada pelo Brasil, que estreitou laços entre os dois países.

Mas como se deu a recepção da população haitiana pelo Estado brasileiro?

Apesar da inserção no mercado de trabalho e da documentação concedida para permanência no Brasil, os esforços para inclusão e socialização dos imigrantes contou essencialmente com solidariedade de instituições que compõem a sociedade brasileira.

Existiu uma grande contradição na entrada desses imigrantes no país, visto que apesar do Brasil abrir suas portas, acabou por fechá-las quando negou a condição de trabalho legal e formal. Esse cenário resultou no aumento da exploração de mão de obra, na marginalização e na intensificação dos trabalhos informais.

A acolhida aos imigrantes por parte do Governo Brasileiro foi desordenada, ausente de organização entre as esferas municipais, estaduais e federais.

Juntamente com o problema do trabalho formal para os imigrantes haitianos, existe a questão do preconceito racial. Associada à condição de estrangeiros, os haitianos também são submetidos a algo que afeta as pessoas negras de um modo sistemático no país.

Assim, fica evidente que a cor de pele é um fator determinante quando se trata dos imigrantes haitianos.

Diante desse contexto, importante termos espaços para tratarmos de tema tão relevante. Essa conexão histórica entre essas duas nações merece um estudo aprofundado. E o objetivo do seminário proposto: Brasil e Haiti - "Racismo e Ciência: lutas históricas, dramas atuais", foi exatamente fazer essa aproximação entre essas nações.

E do seminário surgiu a ideia de transformá-lo em um livro, mantendo, entretanto, a marca da oralidade das apresentadoras. No primeiro capítulo, estarão estudo da obra de Joseph-Anténor Firmin, antropólogo e advogado haitiano, que publicou o livro “A igualdade das raças humanas”, em resposta à obra racista de Arthur de Gobineau, a partir da palestra de Pâmela. No segundo capítulo, serão apresentadas considerações sobre o racismo científico no Brasil, desde experimentos da redução étnica e eugenia, e suas convergências com a ideia de aperfeiçoamento da nacionalidade, através de missões civilizatórias de instruir e sanear populações tradicionais, com a palestra de Carolina. No terceiro e último capítulo estará o relato de experiência de imigração haitiana na cidade de Porto Alegre/RS, a partir da palestra de Rebecca. Esperamos que a leitura dessas páginas consiga acionar a mesma comoção surgida naquela noite memorável.

Porto Alegre, outono de 2020

I

Anténor Firmin: o legado antirracista do emblemático jurista e antropólogo haitiano

Pâmela Marconatto Marques

Boa noite, eu cumprimento a todas e todos cheia de alegria por estar compartilhando a mesa com essas mulheres grandiosas, Leticia, Rebecca e Carolina, a quem admiro e com quem aprendo tanto, em uma aliança que é acadêmica, profissional, mas também é muito afetiva, muito colada à vida.

Estar aqui com vocês em uma atividade organizada pela Comissão Especial da Verdade sobre Escravidão Negra na OAB do Rio Grande do Sul para falar do legado de Anténor Firmin é uma imensa emoção e responsabilidade. E, prevendo o meu fracasso em fazê-lo de modo suficiente nos vinte minutos sugeridos, eu adianto que o que tratarei de fazer essa noite é compartilhar palavras ardentes sobre esse homem que, sem sombra de dúvidas, por sua trajetória, pelas batalhas em que se engajou, por seu legado intelectual, deve ser plenamente reconhecido como uma das presenças mais notáveis na história das lutas antirracistas.

Na biografia escrita por seu conterrâneo, o antropólogo haitiano Jean Price-Mars - um dos fundadores da faculdade de etnologia no país e legatário de Firmin - consta que Anténor Firmin nasceu em 18 de outubro de 1850, na periferia de *Cap-Haïtien*, belíssima cidade no litoral norte do Haiti, no seio de uma família trabalhadora, de mãe costureira e pai alfaiate,

e que foi neto de Revolucionários haitianos¹. A Revolução haitiana, como é sempre bom repetir, coleciona ineditismos. Tratou-se de uma revolução conduzida por homens e mulheres escravizadxs, a primeira revolução bem sucedida contra o Sistema colonial e o regime da *plantation*, a primeira revolução abolicionista e antirracista, o primeiro exército a impor uma derrota às temidas e até ali invencíveis tropas napoleônicas.

Na biografia mencionada², Price-Mars destaca o modo como Firmin combinou destaque em seus estudos - sendo notáveis, ao final do secundário, seus conhecimentos linguísticos (sobretudo de grego, francês e latim), em humanidades (destacando-se seu interesse e estudo sistemático da filosofia Greco-romana) - e engajamento em levantes campesinos contra governos autoritários, que flertavam com interesses estrangeiros, sobretudo estadunidenses, no país. Com apenas dezessete anos, Firmin liderava esse germen de resistência em *Cap-Haïtien* também trabalhava como professor em uma escola primária da região, ensinando latim e francês.

Com vinte anos, intensifica seus estudos, engajando-se em uma formação autodidata em Direito, Sociologia, Antropologia, Ciências Econômicas e Ciências Políticas. Segundo Price-Mars, ele abraça essas disciplinas “*com fogo e impulso extraordinários*”³, tendo, desde o início, o propósito de preparar-se para o exercício da advocacia, de colocar-se à altura de contribuir ao desenvolvimento das Ciências Jurídicas em seu país. Naquele momento ainda não havia faculdades de Direito em território haitiano e os advogados no país haviam obtido seus títulos na França. Sua formação autodidata compreendeu também o estudo orientado por um desses bacharéis por cerca de dois anos, até sentir-se apto a submeter-se a uma banca examinadora composta por três renomados juristas na

¹ A biografia mencionada consta na biblioteca digital da Universidade da Flórida, disponível no link: https://ufdcimages.uflib.ufl.edu/UF/00/09/59/47/00001/Mars_Firmin.pdf com acesso em 14.02.2020.

² PRICE-MARS, Jean. Antenor Firmin. Portau Prince: Imp. Séminaire adventiste, 1978.

³ Idem, pg.12

capital haitiana, Porto Príncipe. Com vinte e cinco anos, Firmin saiu laureado dessa sabatina que o habilitou a exercer a advocacia em seu país.

A partir dos arquivos encontrados junto à biblioteca digital caribenha, é possível dizer que Firmin não somente advogou, mas que se tornou, ao longo de sua vida, um doutrinador. Escreveu sobre institutos jurídicos, buscou esmiúça-los e interpela-los criticamente, propondo-se sempre a refletir sobre sua adequação à realidade haitiana. Tornou-se também membro de inúmeras associações profissionais, com destaque para a de Estudos de Direito Comparado, em Paris.

Mesmo exercendo a advocacia, Firmin seguia atuando como professor de humanidades junto ao renomado Colégio Saint Nicolas. Sua dedicação ao tema da Educação Pública, da Educação como Direito, acaba ensejando sua nomeação à Secretaria de Educação de seu departamento e a fundação de um periódico sobre o tema, que funcionará como arena de defesa da educação pública como direito cidadão e lugar de insurgência contra o “conservadorismo autoritário e entreguista” do então presidente.

Depois de escrever um polêmico artigo intitulado “*M. Roosevelt, président des États-Unis et la République d’Haïti*” e de participar, na Venezuela, das comemorações do centenário do nascimento de Simon Bolívar – liderança da independência latino-americana que recebeu auxílio haitiano por via do republicano Alexander Pétion (que lhe munuiu de armas, homens, munição, estratégia, prensa e dinheiro) - passou a correr risco no Haiti e decidiu exilar-se na França.

Foi nesse momento, com trinta e pouquíssimos anos, que Firmin viajou pela primeira vez a Paris, com a intenção de obter uma licenciatura em Direito e depois um doutorado. Chegando a Paris, entretanto, deparou-se com um ambiente intelectual marcado por discussões que tinham como eixo a ideia de raça. Lá, teve seu primeiro contato com a obra do diplomata francês Arthur de Gobineau, o *Ensaio sobre a desigualdade das raças*, que, empregando métodos pseudo-científicos, apontava distinções entre

⁴ O documento consta na biblioteca digital da Universidade da Flórida, e está disponível no link: <https://ufdcimages.uflib.ufl.edu/UF/00/09/40/g2/00001/Firmin%20%20Mr%20%20Roosevelt.pdf> com acesso em 14.02.2020.

brancos, pretos e amarelos como barreiras raciais naturais que deveriam ser mantidas por meio da endogamia mas que, tendo sido sistematicamente violadas pela miscigenação deveriam conduzir a humanidade ao seu declínio irreversível. Gobineau defendia como atributos da raça ariana a inteligência, o senso de honra e a disposição para lutar por liberdade, além da capacidade de criar beleza e civilização. A partir daí, qualquer desses atributos que as raças negra e amarela pudessem vir a apresentar eram explicados como cruzamento racial com a raça ariana. O argumento subjacente a todo o livro era o de que poderia não se tratar sequer da mesma espécie humana, já que defendia que provavelmente apenas a raça negra teria no neandertal seu parente primitivo.

Envolvendo-se em debates públicos sobre o tema, ocasiões em que demonstrava toda a sua erudição e conhecendo um médico haitiano que já fazia parte da organização, Firmin acabou sendo convidado, em 1883, a ingressar na recém fundada Sociedade Parisiense de Antropologia. Os anais da referida sociedade, disponíveis na biblioteca digital francesa, evidenciam que, no momento de ingresso de Firmin, as discussões eram exatamente essas, ecos das teorias eugenistas de Gobineau, protagonizadas por Pierre Paul Broca, o antropólogo francês de maior renome naquele momento, conhecido por suas craniometrias e pela defesa do multiespecismo, tese de que a raça negra, a amarela, a vermelha e a branca se tratariam de espécies distintas, que não compartilhavam o mesmo antepassado e que, no limite, sequer poderiam ter prole saudável. Nascido no continente americano, Firmin não conseguia conceber maior disparate do que esse.

Ao tentar manifestar-se nessas reuniões, argumentando contra a ideia de multiespecismo e defendendo a unidade da espécie humana em sua variedade racial, a fala de Firmin foi interrompido por colegas brancos que tentaram domesticar sua fala, docilizar sua potência bem ao gosto de Gobineau: dizendo que ele se tratava de uma exceção, que provavelmente teria antepassados brancos, o que explicaria seu raciocínio lógico, sua ilustração e aspirações humanistas. Chegou-se ao ponto de colegas proporem

a Firmin que ele se submetesse à medição craniana, para que pudessem estudá-lo na exceção que era.

Percebendo que não teria condições de discutir ali o tema, Firmin lança-se no empreendimento hercúleo de, durante dezoito meses, escrever um livro de cerca de setecentas páginas capaz de apresentar seu ponto com contundência e densidade⁵. Assim, em 1885 foi lançado em Paris “Da igualdade das raças humanas”, com subtítulo “antropologia positiva”, em que Firmin assina como membro da sociedade parisiense de antropologia e advogado⁶. Observem que a impressão é feita por editora vinculada à Sociedade de Direito Comparado.

A dedicatória do tomo de seiscentas e cinquenta páginas anuncia seu propósito ético e político de reabilitação étnico-racial:

Que este livro possa contribuir para acelerar o movimento de regeneração que realiza minha raça sob o céu azul celeste das Antilhas! Que ele possa inspirar em todas as crianças de raça negra, distribuídas pelo imenso orbe da terra, o amor ao progresso, à justiça e à liberdade! Em dedicando-o ao Haiti, é a todas elas que me dirijo, as deserdadas do presente e gigantes do futuro!⁷

Na apresentação da obra, Firmin expõe as razões que o impeliram à escrita:

Eu não tenho de dissimular. Meu espírito ficou em estado de choque quando li diversas obras onde se afirmava dogmaticamente a desigualdade das raças humanas e a inferioridade congênita dos negros. Uma vez aceito como membro na Sociedade Antropológica de Paris, a discussão não me deveria parecer ainda mais incompreensível e ilógica? É natural ver compor uma mesma associação e dotar-se de um mesmo título, homens que a própria ciência - de que supõem-se representantes - parece declarar desiguais?⁸

⁵ Para uma leitura mais pormenorizada sobre esse debate, sugiro a leitura de MARQUES, P.M; KOSBY, M.F. “AnténorFirmin, Jean Price-Mars, Jacques Roumain: Antropólogos haitianos repovoando a narrativa histórica da Antropologia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Ed.103, v.35, 2020.

⁶ O livro “De L’egalitedesRacesHumaines”, de AnténorFirmin, consta na biblioteca digital da Universidade da Flórida, e está disponível no link: https://ufdcimages.uflib.ufl.edu/UF/00/09/33/47/00001/No084229_2.pdf com acesso em 14.02.2020.

⁷ FIRMIN, Anténor, *De l’égalité des raceshumaines*, Lib. Cotillon, Paris, 1885. Pg..05

⁸ Idem. Pg.08

Tendo em vista a necessidade de produzir algumas sínteses para esse evento, eu gostaria de defender a importância do aporte de Firmin a partir de três conjuntos de contribuições realizados nessa obra. O primeiro conjunto de aportes diz respeito a seu esforço e pioneirismo em realizar um estado da arte robusto da antropologia francesa até aquele momento, identificando a tendência da área aos estudos físicos e biológicos na abordagem da temática racial. É nesse ponto que marca seu desvio, afirmando que a raça deve ser entendida como construção social. Assim, Firmin se avizinha do argumento culturalista que somente mais tarde lançaria as bases da chamada Escola Culturalista americana, de que é expoente o trabalho de Franz Boas.

O segundo conjunto de aportes diz respeito ao trabalho de inventário da contribuição das comunidades negras para a história da humanidade, começando pelo Egito, e apontando a importância das civilizações etíopes para a formação da tradição greco-romana. Nesse sentido, Firmin antecipa até mesmo o senegalês Cheikh Anta Diop, bem como o argumento das teorias pós-coloniais.

O terceiro conjunto refere-se à extensa análise teórica da Revolução Haitiana, abordando-a como primeira revolução abolicionista, antirracista e anticolonial da história e apresentando a biografia de sua principal liderança. O comandante negro Toussaint Louverture, que derrotou os exércitos de Napoleão, é mencionado como evidência histórica de que atributos de honra, desejo de liberdade e insubordinação à escravidão não podem ser reivindicados como monopólio de uma raça ariana.

Firmin termina o tratado revelando-se bem ciente dos desafios que uma obra como a sua encontraria, vindo à tona naquele contexto histórico. Ele se pergunta “tereis logrado a clareza e precisão destinadas a promover ideias justas mas ainda questionadas e desconhecidas?”. Ao encerrar, Firmin volta a interpelar o leitor, engajando-o também em um compromisso ético:

Desejo para minha raça, em qualquer lugar do mundo em que viva e governe a si mesma, que rompa com práticas arbitrárias, com o desprezo sistemático das leis e da liberdade, com o desdém pelos procedimentos legais e pela justiça distributiva.

(...)

Que se engrandeça, então, que prospere e se eleve sem cessar, de progresso em progresso, essa raça negra cheia de vigor e de generosa vitalidade, digna e orgulhosa, inteligente e trabalhadora. Para ajudá-la em sua ascensão nunca serão demasiados os obreiros nem tampouco suficiente a consagração da causa. Esse livro é minha humilde e respeitosa oferenda. Algum dia outros o farão melhor, mas não com mais paixão por sua reabilitação e sua glória⁹.

O estudo causou - segue causando- perplexidade. Como lidar com o que apresentava Firmin, se naquele momento o Tratado de Berlim dividia a África entre Inglaterra, Holanda, Alemanha, França, Itália, Espanha e Portugal? Como lidar com as implicações que seu estudo poderia ter sobre a rentável empresa colonialista? Como justificar racionalmente a exploração do trabalho e a aniquilação da vida de civilizações tão gloriosas?

Ainda hoje, cada vez que falo em Firmin, constato essa mesma incredulidade. “Como é possível?” Vocês devem estar se perguntando.

A consternação do colonizador, o constrangimento que esse encontro inesperado com a produção intelectual haitiana lhe causa - nos causa - por suas intensidades desorganizadoras, segue atualizando-se em todo espaço onde tenho mencionado a obra de Firmin. Afinal, como é possível? A pergunta infame e jamais verbalizada é “como é possível que ex-escravizados, negros, tenham produzido algo?” Que essa produção porte tanto conhecimento sobre o Ocidente e se disponha a dialogar com ele? Que sendo assim, sigamos falando do Haiti somente como país destituído? Que sendo assim, sigamos nos relacionando com ele apenas por sua carência? Que sendo assim, sigamos com tanta “pena” dos imigrantes haitianos que aqui chegam, ocupando com seus corpos negros um centro histórico que já foi colônia africana, de onde os negros porto-alegrenses foram expulsos com o discurso da higienização no início do século? Estabelecendo com esses

⁹FIRMIN, Anténor, *De l'égalité des races humaines*, Lib. Cotillon, Paris, 1885. Pg.670.

imigrantes relações fraquíssimas, que não vão além da piedade, e que são reflexo do modo como nos acostumamos a docilizá-los para suportar sua diferença? Para suportar o que nos falam de nossas feridas históricas?

Que a memória de Anténor Firmin possa incorporar-se, como força, potência, novo vigor, a tantas outras lutas protagonizadas pelas populações negras de Porto Alegre, que, como ele, insistem, seguem insistindo, em permanecer no mundo, em afirmar sua presença com robustez, altivez e dignidade.

II

Sob o olhar do outro: o experimento do racismo científico nas missões brasileiras de instruir e sanear populações pesqueiras

Carolina Cyrino

Boa noite. Quero agradecer à Comissão Especial da Verdade sobre a Escravidão Negra da OAB/RS, através do convite da Dra. Letícia Marques e também manifesto minha satisfação de estar compondo esta mesa com mulheres pesquisadoras, a professora Dra. Pâmela Marconatto e a mes-tranda Rebecca Bernard. Também me alegra este público tão diversificado, com mães e crianças, também sou mãe e meu filho está presente esta noite. Venho da Universidade Federal do Espírito Santo e fui muito bem acolhida no Rio Grande do Sul, onde já estou residindo. Curso o doutorado no Pro-grama de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e o que apresentarei para vocês são resultados parciais da minha tese.

Início nossa conversa esta noite citando uma fala replicada pela his-toriadora Beatriz Nascimento¹: “a história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas”. Ao trazer esta afirmação, Nascimento estava questio-nando como a história oficial do país foi narrada por um olhar que representava o privilégio branco de dominação sobre populações indíge-nas e negras. Uma visão que apresentava vantagens de uma civilização, embora camuflada das marcas de exploração, que desconsiderava o que é

¹ Citação registrada no documentário “O negro da senzala ao soul”, neste a historiadora atribui essa fala ao seu orientador, Prof. Muniz Sodré. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=4&v=5AVPr-XwxhiA&feature=emb_logo

próprio dessas populações, com uma aparente passividade diante das be-nesses de seu colonizador ou de uma estereotipada rebeldia, característica de um comportamento incivilizado.

Essa inquietação tomou-me quando tive acesso aos primeiros documentos militares que registraram a missão civilizatória da Marinha do Brasil, no projeto de instruir e sanear pescadores no país, na primeira metade do século XX. Narrativas que em sua incumbência civilizatória incidiam em exploração e desumanização, mesmo que disfarçadas em uma narrativa romanceada e tutelar².

Os desdobramentos dessa missão civilizatória apresentam seus resultados até hoje. O que convido a fazermos nesta noite é revisitarmos a história, tentarmos retornar a esse arquivo colonial, lançarmos outro olhar sobre a história contada. Essa missão ocorreu de 1919 a 1923, e suas raízes entrelaçaram-se no racismo científico, que ganhou repercussão no final do século XIX, como a Professora Pâmela demonstrou anteriormente, no cenário internacional. Pretendo trazer a vocês uma perspectiva desse racismo científico no Brasil³.

Podemos começar nos perguntando: Por que haveria interesse em registrar a história oficial de uma população desde o olhar de outro? Para iniciarmos, transmito a vocês uma citação desagradável e inquietante:

Cada vez mais me inclino a aceitar como axioma o velho ditado: ‘quem é bom já nasce feito’. E assim considerando avançar, talvez, um paradoxo dizendo que a humanidade se compõe de três espécies de gente. A primeira, uma gente inata e intrinsecamente humana, a segunda uma gente domesticável, e a

² Essas primeiras impressões analisadas podem ser conferidas em: CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva. “Aos pescadores a modernidade”: Trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal (2018, p.64). **Dissertação**. Mestrado em Ciências Sociais. UFES, 2018. Disponível em : <http://repositorio.ufes.br/handle/10/9900>

³ O racismo científico a partir do século XIX elegeu o que passaria a ser considerado civilizado e estabeleceu a diferença desse padrão como anomalia. Presente nas ciências naturais, sociais, jurídicas, artísticas, literárias. Absorveu de fontes do evolucionismo e darwinismo social, que nas diferenças das suas percepções, concebia a existência de um tipo superior humano e a eliminação de um componente degenerativo. Para análise da incursão do racismo científico no Brasil, consultar: SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

terceira uma gente doente ou indomável, esta última intangível a todos os processos e esforços educativos⁴.

Quando tive acesso a essas palavras, entrei em contato com a professora Pâmela para compartilhar meu desconforto enquanto mulher e negra, especialmente por se tratar de um discurso tão recente. Esse trecho foi publicado pelo médico eugenista Renato Kehl, no Boletim de Eugenia⁵ em 1929. Esse conteúdo circulou na comunidade médica brasileira para justificar um procedimento de purificação da espécie humana. O que ele tinha em mente era o *aperfeiçoamento da nação*, influenciado pelo filósofo naturalista Francis Galton, considerado o pai da eugenia, a “ciência dos bem nascidos”⁶. A eugenia defendia a existência de um tipo superior humano, que precisava ser preservado, e de um tipo inferior, impermeável à civilização. Previa assim, a eliminação gradativa do “elemento degenerativo humano”, e a redução paulatina do que concebia como a segunda e terceira espécies, que lemos há pouco no trecho do Kehl: a dos *domesticáveis* e a dos doentes, *indomáveis*. O eugenismo era a aplicação social dessa ciência, através de práticas de higiene, moral, educação, legislação. Promovendo políticas que pudessem respaldar uma ação eugênica no país.

Mas quem ou o quê seria o modelo de perfeição a ser seguido pela nação brasileira? Já retornaremos a esta pergunta.

Para Renato Kehl, a segunda classe de gente - os domesticáveis -também desapareceria junto com os doentes/indomáveis. O sucesso do seu modelo de aperfeiçoamento deveria assegurar a continuidade apenas da primeira espécie de gente, considerada inata e intrinsecamente humana. Quem seria essa espécie humana para o doutor Renato Kehl?

⁴ KEHL, Renato. Pelo Aperfeiçoamento da Nacionalidade. Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro, Vol. I. N° 5, p.1-2, maio de 1929.

⁵ O Boletim de Eugenia foi um periódico publicado entre as décadas de 1920 e 1930, organizado pelo médico eugenista, paulistano, Renato Kehl.

⁶ De acordo com publicação do Boletim de Eugenia, referenciada a Sebastian Recasens, decano da Faculdade de Medicina de Madrid, “A Eugenia é ciência muito antiga. Suas primeiras observações aparecem nos poemas homéricos e nas obras gregas de Eurípedes, Aristophanes, Platão e outros clássicos, que a denominam eugeneia ou Eugene; sua constituição científica, porém, efetuou-se no século XIX, tendo o inglês Francis Galton ideado a palavra Eugenie para denomina a ciência que tem por objeto a higiene da raça, tanto sob o aspecto físico como psíquico” (RECASENS apud KEHL, 1929). KEHL, Renato. Sir Francis Galton. Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro, Vol. I. N° 4, p.1, Abril de 1929.

Consta, em um dos boletins organizados pelo Dr. Kehl, a foto de uma criança de três anos, ganhadora do Primeiro Concurso de Eugenia no Brasil, em 1929. Esse concurso elegeu o que representava o modelo de uma raça pura. Foram avaliados tanto os aspectos genéticos quanto os sociais, seus e de sua família, ou seja, como se relacionavam e suas condutas morais. Acreditava-se que essa criança - como outras consideradas eugênicas - em idade adulta, relacionando-se com outra pessoa de mesma condição, poderia vir a colaborar na construção de uma elite eugênica no Brasil, pura e livre das mazelas que as outras espécies de gente poderiam transmitir em uma descendência. São informações muito graves, estamos falando do Brasil no final da década de 1920, após a abolição.

Esse debate do doutor Renato Kehl não era pioneiro. O racismo científico já tinha ampla difusão internacional, e também no Brasil. Voltando um pouco à história, saberemos que no início do século XX, em 1911, houve o Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres. João Batista Lacerda foi o representante do Brasil nesse evento. Médico e diretor do Museu Nacional, localizado no Rio de Janeiro, era também professor da Faculdade de Medicina do Chile e defendia a limpeza racial da população através da miscigenação. Percebiam como a medicina estava ligada ao racismo científico da época. Lacerda foi convidado como único representante da América Latina para a discussão sobre as raças. Em seu pronunciamento, contando a experiência do Brasil, o médico propôs o método da *redução étnica*, que consistia na eliminação gradual de mestiços e negros. Lançou o desafio de que, se fosse aplicado tal método, em cem anos, ou seja, em 2011, não haveria mais mestiços e negros no Brasil.

Graças a este procedimento de redução étnica, é lógico supor que, no espaço de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós... Uma raça destinada à vida selvagem e rebelde à civilização ⁷.

⁷ LACERDA, João Batista. *Sur les mérités au Brésil*. Paris: Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1911.

Vemos que não foi exitosa sua teoria. Estamos aqui! Mas a proposta foi feita. Seu discurso⁸ é de fácil acesso na internet. Para exemplificar sua tese, Lacerda apresentou a pintura “a Redenção de Cam”⁹. Nela, podemos ver, num primeiro olhar, o que aparenta ser uma família. Faremos uma analogia aos três tipos de espécie de gente defendidos por Renato Kehl.



Figura 1. A redenção de Cam (exposta na Galeria de Belas Artes do Rio de Janeiro, à época)

Fonte: LACERDA, 1911¹⁰

Nessa linha de raciocínio, na extremidade esquerda da pintura temos a avó, negra, representando a espécie doente/indomável. Na direita, o genro dessa avó: o pai, branco, como a espécie inata e intrinsecamente

⁸ Publicado originalmente em francês sob o título: *Sur les métis au Brésil - Sobre os mestiços no Brasil*. Tradução do texto disponível em Schwarcz (2019), como utilizados na apresentação. SCHWARCZ, Lília Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. ja/mar. 2011, p. 225-242, 2011. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/single.php?id=002211101>

⁹Redenção de Cam, pintura a óleo do artista espanhol Modesto Brocos, em 1895, que retrata as teorias raciais contemporâneas, no branqueamento através das múltiplas gerações. Também se atribui alusão a “maldição de Cam”, citação bíblica que condenou Cam e sua descendência a serem servos dos servos, em Gênesis 9:20-26.

¹⁰ LACERDA, João Batista. *Sur les métis au Brésil*. Paris: Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1911.

humana. Ao centro da imagem podemos ver a filha da anciã negra: a mãe, mestiça, como a espécie domesticável. É importante salientarmos em nossa analogia que Lacerda e Kehl tinham teorias diferentes. O médico eugenista era contrário à miscigenação. Estamos usando sua descrição de tipos de espécie de gente para encontrar o ponto comum desses dois médicos em suas teorias para limpeza racial. Essa categoria de gente transitória, entre o humano e o indomável, era o mestiço – o quase humano. Neste, havia possibilidade de ajustamento e domesticação. Um ser que ainda não fora totalmente corrompido. Mas esse alinhamento é provisório. Trata-se de uma espécie que também precisava desaparecer, para que houvesse a pureza representada pela criança no colo da mãe, na figura central da imagem.

São teorias que apresentam muitas complexidades para discutirmos em tão curto espaço de tempo, mas nos provocam. Quando valores universais são colocados como determinantes para classificar o que é civilizado, o que é diferente dessa lógica passa a ser tratado como anomalia, que deve ser separada, corrigida e por vezes aniquilada. A ideia de civilização coloca um determinante: se há um civilizado é preciso haver um não civilizado, diferente desse modelo de civilização. Citando o filósofo negro camaronês Achille Mbembe¹¹, a noção de civilização autoriza a distinção entre o humano e o não humano.

E por que eu trouxe para vocês esses breves exemplos sobre o racismo científico no Brasil? Porque foi nesse contexto que se deu a missão civilizatória da Marinha do Brasil. O que apresento para vocês não é algo específico das populações pesqueiras brasileiras, mas, vejam bem, trata-se de compreender como o Estado passou a classificar hierarquicamente o que era considerado civilizado e não civilizado. O que aproxima a missão civilizatória de Villar ao racismo científico de Lacerda e Kehl é a premissa de que haja um modo superior de ser e estar no mundo, tendo como pressupostos convergentes o aperfeiçoamento da nacionalidade, a eleição de uma raça civilizada e o caráter domesticável dos mestiços. O que apresento

¹¹ MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

a vocês hoje é um experimento desse racismo científico através do discurso civilizatório.

A Missão do Cruzador José Bonifácio foi escrita pelo Capitão de Mar e Guerra Frederico Villar e publicada em 1945, vinte anos após a expedição, que ocorreu entre os anos de 1919 a 1923. Carrega o nome do conhecido patriarca da independência do Brasil, José Bonifácio, que tinha a ideia do aperfeiçoamento dos valores morais e sociais da sociedade brasileira. Ainda no sistema escravagista, no final do século XIX, Bonifácio acreditava que os negros escravizados, para serem dignos da liberdade, precisariam passar uma conversão gradual até tornarem-se humanos. Esse é o home-nageado da missão civilizatória dos pescadores brasileiros na primeira metade do século XX.

Essa obra chamou-me atenção por sua narrativa romanceada. Em todo seu conteúdo não há uma única citação sobre as impressões próprias dessas populações. Toda a história é contada pela narrativa militar. Os pescadores sob o olhar do outro. O registro é repleto de estereótipos para justificar a missão civilizatória, ou seja, é preciso civilizar porque essas pessoas são inferiores. Eis a justificativa principal dessa missão, que foi financiada pelo Estado brasileiro.

Quem são, em todo o Brasil, os pescadores? São homens inteiramente alheios às conquistas da civilização e do trabalho. Na proporção talvez de 90%, os chamados praianos não sabem ler nem escrever; vivem doentes, esqueléticos, demolidos pelas endemias do litoral, pelo alcoolismo e pelos entorpecentes [...] Quem jamais os contou? Formam uma grande população de mais de cem mil viventes morando – por assim dizer – sobre o oceano, em barcos primitivos, empregando os mesmos processos de pesca adotados pelos índios!¹².

Frederico Villar vai registrar seu contato com essas populações dizendo que se trata de pessoas completamente alheias à civilização, distantes de um projeto de nação. Pessoas doentes! Nas palavras dele, “vivem como os índios”, já demonstrando que as populações indígenas

¹² VILLAR, Frederico. A Missão do Cruzador José Bonifácio: Os pescadores na Defesa Nacional, a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919 – 1923). Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945.

estavam AINDA mais abaixo do que os pescadores. Ele vai lançar uma série de estereótipos sobre essas populações, na tentativa de que elas abandonassem seus costumes, suas práticas e até sua religião. Villar demonstrava um desconforto pelas expressões religiosas de matrizes africanas ou indígenas, tomadas por algo ilusório e distante da civilização. Claro, o comandante levou a sua fé católica e ocidental para a empreitada militar. Em sua narrativa, Villar defende que essas populações mestiças necessitavam dessa civilização, era um dever salvá-las da sua condição de miserabilidade, para que, então, esses pescadores - ele fala no masculino - se tornassem homens, ou seja, se tornassem humanos!

O pescador brasileiro, como homem, como cidadão, como marinheiro, e como industrial, só poderá ser útil ao Brasil, enriquecê-lo e defendê-lo, se for realmente um homem, na justa expressão desse termo. ERA POIS PRECISO LIBERTAR, SANEAR, INSTRUIR, EDUCAR E DEFENDER O NOSSO BONISSIMO CABOCLO PRAIANO ¹³.

Era preciso então libertar, sanear, instruir e educar essas populações. Percebam, são princípios semelhantes¹⁴ aos defendidos pelo Renato Kehl, que coloca o eugenismo como um saneamento da espécie de gente domesticável, através de práticas de instrução e também de legislação. A missão do Cruzador José Bonifácio criou mais de oitocentas colônias e cadastrou mais de cem mil pescadores. Essas ações deram sustentação para as políticas pesqueiras no Brasil.

Antes de iniciar essa missão, Frederico Villar esteve no continente europeu fazendo estudos sobre como funcionavam as colônias e indústrias de pesca estrangeiras. Este trabalho foi registrado na obra “Pelos Indústrias de Pesca” no Brasil, publicado em 1911¹⁵. Em seu registro, ele elege a França e a sociedade francesa como modelo ideal de civilização para o

¹³(Idem)

¹⁴ A época da missão civilizatória da Marinha, as campanhas sanitaristas e eugenistas no Brasil estavam a toda potência com a premissa de aperfeiçoamento da nacionalidade. O saneamento e a eugenia tornaram-se valores semelhantes, como sinônimos de civilização, uma salvação dos males que a pobreza e a doença geravam para o desenvolvimento do país.

¹⁵ VILLAR, Frederico. Pelas Indústrias da Pesca no Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1911.

mundo moderno. Seus anos de estudo trouxeram argumentos para iniciar no Brasil a campanha civilizatória para as populações pesqueiras e o fomento à construção de uma indústria nacional de pesca, possibilitando ao governo o domínio do espaço e produção marinha. Villar, então, se entrega à tarefa com o afã de criar uma missão civilizatória. No seu entendimento, as populações pesqueiras do Brasil tratavam-se de um amontoado de pessoas miseráveis e ignorantes com acesso a um recurso precioso e extenso, que é a costa brasileira. Precisavam, então, ser ensinadas a pescar e viver de modo moderno.

Villar reuniu todo esse material entre estudos, registros, pesquisas e apresentou ao governo brasileiro, que acolheu a sua proposta de criar no Brasil as primeiras colônias de pesca através da Missão do Cruzador José Bonifácio. O capitão possuía olhar atento sobre a instrução desde a infância, inspirado em como ocorriam nas colônias de pesca europeias. Em vários registros fotográficos da obra de 1911, é possível identificar a rotina de crianças, com uniformes militares, sendo instruídas. Dessa forma, ele compreendia que na idade infantil era possível ultrapassar esses valores obsoletos de costumes tradicionais.



Figura 2. Colônia de pescadores na Bélgica.

Fonte: Villar, 1911.

Já no Brasil, com a missão em curso, o Capitão de Mar e Guerra encontra no Ceará a população pesqueira, negra. Em um registro

fotográfico¹⁶, de uma dessas famílias, no município cearense de Mucuripe, ironiza a quantidade de filhos que possui, dispendo-os em uma escada etária¹⁷ com os genitores nas extremidades. Ele vai aplicar o modelo europeu de colônias de pescadores no Brasil. Como objetivo da missão, foram instaladas escolas cívico-militares nas colônias. Em fotografia registrada também no Ceará, crianças negras, filhas de pescadores, estão uniformizadas militarmente, semelhante ao registrado no continente europeu, além de outros elementos militares, como o nome da escola e estandartes. Percebam na extremidade esquerda a professora branca.



Figura 3. Colônia de pescadores no Brasil.

Fonte: Villar, 1942.

Frederico Villar vai denominar que as colônias eram *viveiros* humanos de civilização. Percebam: o que nos vem à mente com a palavra

¹⁶ Na obra *Manual do Patrão da Pesca* (1942), Frederico Villar apresenta, dentre outros relatos, registros da realização da Missão do Cruzador José Bonifácio. Nestes, apresenta a fotografia de uma família do município de Mucuripe no Ceará. A imagem ilustra aleatoriamente o conteúdo. No texto escrito por Villar (1944) não havia qualquer menção a quem eram aquelas pessoas, seus nomes, suas histórias, de qual localidade pertenciam, suas percepções. Na legenda da foto, o comandante descreve, de modo estereotipado, o que lhe havia chamado atenção naquela família: a quantidade de filhos: “Uma pequena família de pescadores, “Pai, mãe – ainda moços – e sete filhos. É das menores...” (p. 409). VILLAR, Frederico. *Manual do Patrão da Pesca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

¹⁷ Para visualização e maior discussão desse conteúdo, ver Cyrino (2018, p.64): CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva. “Aos pescadores a modernidade”: Trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal (2018, p.64). **Dissertação**. Mestrado em Ciências Sociais. UFES, 2018. Disponível em : <http://repositorio.ufes.br/handle/10/9900>

viveiros? Um lugar de controle, de alimentação, de vigilância. Eu vos digo: um laboratório, um lugar de experimentação dessas populações negras. *Viveiros* humanos de civilização era um experimento desse projeto de aperfeiçoamento da nacionalidade. E por isso a atenção com a infância, como um período que, para ele, era compreendido como mais fácil de ser ajustado.

A atenção também era direcionada para a formação da população adulta, com manuais tanto de conduta quanto de técnicas modernas de pesca, para que abandonassem seus hábitos de vida e trabalho, considerados atrasados. O que foi aprendido como modo de viver e pescar estavam errados, nesse entendimento. Existe, assim, outra forma de falar, de vestir-se, de comer, de relacionar-se, de trabalhar, de pescar, de viver. Existia outra forma – correta - que devia ser seguida.

No Manual de Patrão da Pesca¹⁸, publicado em 1942, Frederico Villar reuniu essas orientações. As colônias já estavam instaladas e o governo de Getúlio Vargas abraçou esses valores. A contracapa da obra é ilustrada com a imagem de Darci Vargas, filha do então presidente. Vargas, durante o Estado Novo, tinha uma política de engenharia social muito forte e também vai financiar esse trabalho da Marinha.

Finalizando com nosso curto tempo, destaco a obra que considero mais emblemática, “A arte de viver – Breviário moral e cívico”¹⁹. É um livreto, quase ia trazê-lo para vocês, se não fosse seu delicado estado, devido à ação do tempo. Foi publicado em 1940 e reúne 144 mandamentos de “como ser civilizado”. Esse material não foi divulgado apenas para as populações pesqueiras, mas foi distribuído nas escolas estaduais. A edição que adquirei foi publicada no Rio de Janeiro²⁰.

Ao folhear esse material, dentre seus 144 mandamentos, fiz minha autoavaliação e constatei que descumpro vários. Os ordenamentos variam desde posturas à forma de pensamento. Incluem também regras de

¹⁸ VILLAR, Frederico. Manual do Patrão de Pesca. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

¹⁹ VILLAR, Frederico. A arte de viver: Breviário Moral e Cívico. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1940.

²⁰ O Distrito Federal localizava-se no Estado do Rio de Janeiro à época da publicação, 1940.

etiqueta, princípios inspirados na sociedade francesa como modelo de civilização. Tudo o que é considerado diferente é tratado como anormal, para que haja o entendimento de que se não aplicados esses princípios o indivíduo prejudica todo o desenvolvimento da sociedade. Entendo aqui como era considerada importante essa atenção para a formação das crianças, para que elas não reproduzissem seus hábitos familiares, ao contrário, que pudessem levar esses ensinamentos para suas famílias. Assim, fazia-se necessário instalar a vergonha de sua própria condição para que, ao ler os mandamentos, se identificasse, então, que era importante ser civilizado.

Essa tentativa de estranhamento de si próprio, através de um ideal de civilização no qual se reforça o entendimento de não pertencimento, é uma das estratégias do estereótipo e da produção do estigma. Exatamente como explica Aimé Césaire, a colonização é coisificação. Ela vai desumanizar o outro, vai trazer uma proposta de modernização, e propor que ao seguir esses princípios será alcançada pelos benefícios da modernidade. Mas não, não será. Porque essa modernidade já determinou quem é que vai recebê-los. Trata-se de um blefe. Césaire (1978)²¹ diz que esse discurso coloca o sujeito como não audível, incapaz de produzir sua própria história, precisando de tutela, impõe-se uma cultura obrigatória, que passa pela apropriação de territórios e de produção, aviltando suas memórias, forçando outra história sobre esses povos. Eis o potencial de aniquilamento do racismo, operado sistematicamente.

Ainda que os uniformes militares revestissem a pele escurecida daquelas crianças, filhos dos pescadores, eles continuavam negros, não pertencentes aquele lugar de modernidade, aquela estrutura de nação anunciada. Eles continuariam como estrangeiros da sua própria pátria. O diferente é tratado com anomalia. É por isso que trago as palavras de Fanon: “precisamos ter coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado, e a si mesmo se qualificam como representantes mais qualificados de uma civilização”²².

²¹ CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Sá da Costa Editora: Lisboa, 1978.

²² FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008, p.90.

Essas pessoas não são inferiores. O estereótipo de inferiores é determinado por outro. Como o sociólogo Barthes²³ diz, é uma fala roubada. É uma história roubada. Não há sequer um registro nesses documentos de como essas populações reagiram a essa missão civilizatória que chegou e determinou: A forma como vocês pescam é errada, a forma como vocês vivem é errada!

Para finalizar essa apresentação, trouxe um trecho de um dos 144 ordenamentos daquele livreto que comentei com vocês, “A arte de viver”.

Sê bem Brasileiro, apaixonadamente patriota! Nada contra o Brasil! Nunca! Tudo pela Pátria! ELA TEM SEMPRE RAZÃO! Este será o teu código de honra! Cumpre-o toda a tua alma cívica, com a mística de um “Novo testamento”. É o teu dever! O BRASIL ACIMA DE TUDO NA VIDA, OS BRASILEIROS ACIMA DE TODOS NA TERRA!²⁴.

Não é tão distante. Tudo isso nos inquieta, nos provoca! Porque a história não é uma etapa, ela é movimento, ela movimenta-se. Ao retornar ao arquivo colonial remexemos nessa história. Por que retornar? Para autenticarmos que houve uma história de exploração²⁵. É preciso que se diga, houve uma exploração. É refletir que a história como foi registrada sobre essas populações, marcadas por estereótipos de atraso, reproduziram e autorizaram explorações subsequentes, que persistem ainda hoje, inserindo essas populações num processo insistente de desigualdade e exclusão. É pensar também que estas ressignificam suas histórias e não são passivas diante das ameaças que sofrem. Nós não somos. Ressignificamos nossa história todos os dias.

²³ Tomando como pressuposto interpretativo a análise barthesiana, esse discurso opera uma deformação, um mito, eliminando a qualidade histórica das coisas, evacuando o real, revelando-se como uma linguagem roubada. BARTHES, Roland. *Mitologias*. 11ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

²⁴ VILLAR, Frederico. *A arte de viver: Breviário Moral e Cívico*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1940, p.157.

²⁵ Bhabha (1998) analisa que a perspectiva da autenticação de histórias de exploração possibilita outro olhar sobre as narrativas já constituídas, narradas com uma aparente passividade e necessidade de adaptação dessas populações exploradas ao abandono de seus modos de vida. BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

Estando já avançado nosso tempo, mas antes de passar a palavra para minha colega Rebecca, compartilho com vocês um trecho da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie para finalizar.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada²⁶.

²⁶Trecho da Conferência, *O perigo de uma história única*, de Chimamanda Adichie, Julho de 2009. Vídeo legendado em português, disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br

III

Imigração haitiana no Brasil: Considerações a partir do relato de experiência de uma pesquisadora haitiana

Rebecca Bernard

Boa noite a todas e todos. A migração sempre esteve presente na história da humanidade, desde o deslocamento de uma pessoa de um estado para outro em busca de trabalho ou de um povo inteiro em busca sobrevivência, contada seja em histórias bíblicas, seja nas narrativas mais atualizadas. Deparamo-nos por todos os lados com os relatos de povos, grupos de pessoas e famílias inteiras que se deslocaram buscando refúgio em outros países. As causas e razões da mobilidade desses povos e pessoas são diversificadas: guerras, fome, perseguições, desastres naturais. Eles são obrigados a emigrar-se de seus países para imigrar em outros territórios. Os haitianos não são poupados desse fenômeno, ao contrário, a mobilidade é parte integrante da biografia do povo haitiano.

Sendo assim, aprendi há algum tempo que é obrigatório que qualquer pessoa que planeja fazer uma viagem ou emigrar-se, prepare duas malas. Em uma, ela colocará os seus diferentes itens úteis e a outra deve ser levada vazia. A mala vazia representa simbolicamente sua mente, que deve ser esvaziada mesmo antes de entrar na aeronave, e ter também muita disposição para preenchê-la de costumes e línguas diferentes, sensações boas e ruins.

Tomo por exemplo o meu caso. Quando cheguei ao Brasil, me coloquei na altura de uma criança, ou como uma esponja, que está pronta para absorver tudo e ao mesmo tempo manter o que pode servir na minha transformação e rejeitar as coisas ruins. Eu procuro sempre afastar o lado

ruim das coisas ou dos momentos desagradáveis e lembrar deles a partir dos impactos que tiveram sobre mim, como empurrões que me ajudaram a mover-me do lugar e tomar uma decisão.

O comportamento de alguém pode me colocar em um constrangimento que exige às vezes deixar rolar lágrimas para aliviar a dor da minha alma. Não tem como segurá-las... eu deixo caírem! Porque isso também me leva a tomar uma decisão. Mais adiante, posso ver nesse embaraço uma saída para um caminho ainda melhor do que o que havia antes.

As minhas experiências no percurso de minha vida no Brasil, mesmo aquelas aparentemente más ou ruins, contribuíram, todas, para que me tornasse a pessoa que sou hoje. É por isso que estou disposta a aconselhar qualquer imigrante, refugiado ou não - em primeiro lugar os meus conterrâneos - que cruzam o meu caminho, a estarem aptos e dispostos a aprender com as circunstâncias e buscar saídas com fé e persistência.

Essa determinação do povo haitiano pode se encontrar em um ditado popular como “*pierre que roule n’amasse pas mousse*” ou seja “pedra que rola não cria limo”.

Portanto, andamos.

Mas os empecilhos encontrados em nossos caminhos, como o não reconhecimento de nossa identidade, às vezes são suficientes para causar desânimo. Isso não significa que desistamos de lutar e de sonhar. Com choro e lágrimas nos olhos, os haitianos e haitianas não param de correr atrás da realização de seu sonho, porque se deixamos de sonhar, os sonhos se tornarão pesadelos, o desespero tomará conta da vida e não terá mais lugar para a esperança.

Apesar dos pesares, se o haitiano para de lutar pela sua sobrevivência, os espinhos que o cercam o sufocarão e nunca verá realizar-se seu sonho. Seu destino parece distante, muito distante, o caminho é longo, longo mesmo, mas com os olhos fitos nele e com a luz do farol guiando seus passos, bem firme e confiante, anda.

Ele não sente a dor dos espinhos que machucam as suas costas e o calor ardente do sol no seu rosto, que dificulta sua visão. Não importa o

que possa acontecer no caminho, ele chegará a seu destino. As situações não fazem ações, o haitiano tem em suas mãos duas armas afiadas: a determinação e a esperança. Prontas para serem usadas, no tempo certo cortarão as limitações e o impossível se tornará possível.

O indivíduo que se queixa dos problemas e não procura a solução, sufoca e morre. Se o jardineiro não trabalha incansavelmente preparando a terra, semeia e cuida das plantas, ela não produzirá; as plantas não darão frutos e ele morrerá de fome.

O Brasil vem se dizendo um país que acolhe o imigrante e refugiado haitiano, dando-o uma nova oportunidade de fazer sua vida. Entretanto, há uma grande diferença entre o discurso de que os imigrantes haitianos seriam bem-vindos e a maneira com que essa política foi de fato implementada no Brasil. Essa contradição se manifesta no fato do Brasil exigir visto dos haitianos para sua entrada no país. O fato de não concedê-lo inicialmente no consulado haitiano, fez com que 90% dos imigrantes haitianos tivessem de entrar no país pela “porta dos fundos”.

Chegando à fronteira brasileira, nós (imigrantes) solicitávamos refúgio. O número era considerável, muitos, incluindo famílias com crianças e mulheres grávidas, foram alojados em um abrigo sem luz nem água. Outros, que tiveram possibilidade financeira, alugavam um quarto para morar e outros, ainda, se acomodavam nos hotéis.

A igreja católica e algumas igrejas protestantes acolheram as famílias com crianças, fornecendo comida e apoio necessários. Naquele momento, as famílias não pensavam em colocar seus filhos na escola, a educação era colocada em segundo plano, porque seus objetivos eram 1. serem reconhecidos pelo país e 2. procurar trabalho para sua sobrevivência. Essas famílias foram as primeiras a serem atendidas pela Polícia Federal, porque as crianças são mais vulneráveis que os adultos.

Todos nós esperávamos a decisão da Polícia Federal. Chegou o momento em que nos foi permitido obter carteira de trabalho e CPF provisórios. Depois de ter esses documentos, os que já tinham amigos ou parentes no país foram viver com eles. Assim, houve uma dispersão geral.

Lembro bem da carta anexada ao protocolo emitido pela Polícia Federal a cada imigrante haitiano, que dizia:

Todo portador desta declaração, nacional do Haiti, que solicitou reconhecimento da condição de refugiado encontra-se apto (a) a receber da Polícia Federal o protocolo de residência provisória que lhe permite permanecer no Brasil, assim como obter a carteira de trabalho provisória, junto ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego. Esta declaração é válida por (180) cento e oitenta dias, renovável por igual período até a decisão final do pedido. Brasília, 19 de Outubro de 2012¹.

Eu não posso ficar sem falar sobre o pensamento dos autores Emílio Sant´anna e Avenir Prado, que, escrevendo desde o Chile à Folha, no dia 08 de Março de 2016 disseram:

O perfil do imigrante haitiano, sua cor, vai fazendo com que seja visto como um indivíduo perigoso. Agora como possível criminoso, como portador de doenças típicas de países muito pobres, ambos derivados de uma identidade pressuposta e estereotipada. A precariedade da lei brasileira e a falha inclusão dos haitianos fazem com que muitos deles se submetam a serviços forçados, degradantes e desvalorizados².

A presença de haitianos torna a situação da igualdade com os nacionais cada vez mais complexa, diante do discurso político embasado nos Direitos Humanos, alienando ou (adjudicando) o retrato de um país aberto e acolhedor. É certo que o governo concede a documentação aos imigrantes haitianos para permanecerem e trabalharem no país, porém, o trabalho de acolhimento é deixado nas mãos das organizações filantrópicas e instituições religiosas. Não havia coordenação no trabalho feito ou preparado para acolhê-los e ajudá-los a superar os desafios que os estão esperando na sociedade brasileira.

¹A carta era assinada por Vinicius José Lianza da Franca, Coordenador-Geral CONARE à época e integra meu arquivo pessoal.

² A reportagem foi ao ar no seguinte link: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1768958-para-fugir-da-crise-haitianos-trocaram-o-brasil-pelo-chile.shtml> com acesso em 23/02/2020.

Essa falha se expressa e se desdobra na falta de consciência, de conhecimento e de reflexão da sociedade brasileira em relação a esses imigrantes, o que acaba levando a sua rejeição. Contudo, esses últimos se esforçam para sobreviver, mesmo sendo explorados por várias empresas, que muitas vezes negam a eles o status legal de trabalhadores e o direito de cidadãos. Fazem-no em completa impunidade, acreditando que os imigrantes não têm direito de viver como cidadãos do Brasil.

Outro elemento importante é a dificuldade confrontada pelos imigrantes para revalidar seus diplomas. Isso, vinculado ao problema do domínio da língua portuguesa, dificulta nosso acesso a posições melhor remuneradas no mercado de trabalho. Isso também acaba obstaculizando nossa inclusão de forma qualificativa e ascensão social.

Alheias à vontade de seus pais, as crianças haitianas chegam ao país com mais uma demanda: a inserção em escolas públicas para efetivação de seu direito a educação.

Principalmente desde o terremoto que assolou o Haiti em 2010, a vinda dos haitianos no Brasil é a prova de seu intenso desejo de procurar melhores condições de vida. Essa onda de chegada fez e continua fazendo grandes impactos na sociedade brasileira. Muitos haitianos e haitianas viajam com suas respectivas famílias, que podem incluir crianças em idade escolar. Assim como qualquer imigrante que não sabe a língua do novo local, deve aprendê-la para comunicar-se com as pessoas ou com os integrantes da comunidade. Isso é natural, todo imigrante passa ou passou por essa situação.

Também não é diferente da experiência que eu vivi e continuo vivendo. Quando entrei no Brasil, em Janeiro de 2013, tudo parecia estranho ao meu redor: o idioma, a cultura, a comida, etc. No lugar de trabalho, só o patrão podia comunicar-se comigo, porque só ele entendia o idioma espanhol. A interação no ambiente do trabalho não era favorável, os colegas não conseguiam entender o que eu dizia, porque não falam nenhuma das línguas que eu falo e tampouco espanhol.

Os primeiros meses foram mais difíceis no processo de adaptação. Devido às muitas orações, à convivência com os brasileiros e muitas

leituras, comecei a entender e a ouvir as conversações. Muitas vezes, me sentia constrangida por não poder expressar os meus sentimentos e minhas necessidades.

Mesmo que às vezes sinta o desconforto referente a uma situação específica, rapidamente faço uma análise do ocorrido e me posiciono de modo a conseguir me contrapor a isso, sem prejudicar ou trazer prejuízo a mim e a meu entorno.

Enfrentei todo o que um imigrante poderia confrontar na sua vida, mas, nunca desisto do meu sonho. A tristeza não tem poder suficiente para durar eternamente. Pode demorar a passar, mas é só um momento.

Eu creio que a persistência e a dedicação são a chave que permite a mudança na vida de alguém.

Quando fui convidada pelo Centro Humanístico Vida para dar apoio no ensino-aprendizagem da língua portuguesa, no nível básico, aos meus conterrâneos, foi com muita alegria que eu aceitei o convite, porque essa tarefa relaciona-se a minha experiência de múltiplas e complexas formas. Como professora voluntária, cada vez que estou ministrando as aulas, famílias inteiras se fazem presentes, ansiosas para aprender o idioma português. porque têm a urgência de interagir com os demais da comunidade.

O grupo tem 30 a 35 alunos de diferentes profissões, incluindo as crianças. Muitas dessas crianças já falam o idioma francês, além do crioulo haitiano e algumas delas falam também o espanhol. Tendo em vista a importância da socialização via escola e do potencial antirracista que a educação pode ter no acolhimento de imigrantes, é importante referir que a maioria dos professores/as das escolas da rede Municipal de Porto Alegre não fala os idiomas mencionados.

Uma vez que já partem do lugar social de crianças negras, profundamente rebaixado pelas relações históricas de racismo que assolam o país, é imperativo que essas crianças sejam acolhidas sem reforço de estigmas. Mesmo que alguns aprendam a falar o idioma português, têm dificuldade de se expressar e de se fazer entender bem falando nessa nova língua.

Mas além dessas dificuldades, outras questões de ordem social e cultural se colocam como obstáculos para a comunicação com os brasileiros, tal como o racismo, adensado pelo preconceito com imigrantes e refugiados, que resulta na dificuldade de aplicação a contento de políticas públicas efetivas para o bom acolhimento da diferença.

Eu gostaria que vocês soubessem que a ilha do Haiti pode parecer ou ser classificada como o país mais pobre do mundo dos pontos de vista de organização política, social, estrutural e da constante mobilidade dos seus habitantes, mas a beleza dela está interiorizada em cada haitiano ou haitiana através de uma força indescritível, a vontade de viver.

O haitiano se adapta ou se acomoda a qualquer situação para sobreviver, ou seja, ele é um tipo de camaleão que se transforma em qualquer meio ambiente para sobreviver a qualquer ataque que possa sobrevir contra ele.

Muitos de vocês podem ter, não sei o porquê, uma imagem estereotipada dos haitianos. Só sabendo que o indivíduo é haitiano/a, o público já cria uma falsa imagem dele/dela. O Haitiano tem uma facilidade de aprender qualquer idioma ou entender, se não chega a expressar-se mesmo sendo idoso/a.

O sistema educacional do Haiti, tão fraco possa parecer, prepara o aluno haitiano de uma maneira que lhe pode ajudar a enfrentar qualquer desafio que se apresente no seu caminho.

É por isso que, quando me lembrei do que enfrentei por causa da língua portuguesa durante os anos que eu tenho aqui, decidi fazer uma pesquisa na Linha “Minorias Sociais: Estigmatização, discriminação, desigualdades e resistência”. O título provisório dessa pesquisa é “Superando estigmas, construindo resistências: Inserção e Permanência de estudantes haitianos/as nos anos iniciais do ensino Fundamental em Porto Alegre”.

Quem não se sente preocupado? Todos nós temos preocupações no tocante ao futuro. Eu também tenho, mas eu penso, em algum momento, porque e para que ficar preocupada e ansiosa se o amanhã não me

pertence? Não me preocupo mais a respeito disso. Estou vivendo e aproveitando a cada dia o que o Senhor da minha vida me traz.

Agora, procuro aceitar a mim e conviver com as minhas diferenças porque elas fazem parte de mim. Há coisas que não posso mudar no que sou, é impossível reverter a minha situação de imigrante refugiada e mudar minha imagem, a cor da minha pele, meus gostos, costumes, sotaque, entre outras coisas que me são pessoais.

Ainda (ou até agora) tenho dificuldade ao expor meus sentimentos e emitir ideias, por vezes sobre qualquer assunto, mesmo tendo mais de seis anos no Brasil, por causa do medo de errar ao falar, etc.

Tive o privilégio de realizar, em 2015, os cursos de auxiliar de cozinha, técnicas de governança e camareira que foram oferecidos pelo SINDHA ou SINDPOA (Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região) junto com o SENAC, no objetivo de ajudar os imigrantes haitianos a se inserirem no mercado de trabalho de Porto Alegre.

Este ano, graças ao Bom Deus, ao apoio de muitas pessoas, como Cláudia Antunes Perreira e Edson Mendes Junior, da Faculdade de Educação da UFRGS, Rita Camisolão, do Departamento de Extensão e Desenvolvimento Social da UFRGS, entre outros, e especialmente a Dra. Pâmela Marconatto Marques e às Ações Afirmativas, tenho a honra de cursar o mestrado na Pós-graduação em Sociologia da UFRGS e também ser bolsista da CAPES.

O fato de estar hoje numa universidade pública brasileira me traz muita alegria, e sinceramente, acredito que o meu futuro é promissor. Os problemas surgirão, mas com Deus vencerei.

Agradeço infinitamente a todos e todas que contribuíram e estão contribuindo na formação que estou recebendo hoje e que levará, com certeza, a uma virada na minha vida, em relação a meu futuro.

Sobre as autoras



Registro do seminário Brasil e Haiti - "Racismo e Ciência: lutas históricas, dramas atuais".

Da esquerda para a direita: Pâmela, Carolina, Letícia e Rebecca.

Fonte: Arquivo OAB-RS

Carolina Cyrino é Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Bacharel em Serviço Social pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM. Integrante do LUTA (Laboratório Urgente de Teorias Armadas – GT Neabi/UFRGS). Atua como colaboradora nos grupos GEPEDES e Vírgina Bicudo, ambos na Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: carolinacyrino.ufes@gmail.com

Letícia Padilha é Advogada. Mestre em Direito pela PUC-RS e Integrante do Grupo de Estudos da Comissão da Verdade Sobre a Escravidão Negra no Brasil – OABRS. E-mail: leticiapadilha@uol.com.br

Pâmela Marconatto Marques é Professora Assistente do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Sociologia pela UFRGS. Bacharel em Direito e Cientista Social pela Universidade Federal de Santa Maria. Integrante do GT LUTA (Laboratório Urgente de Teorias Armadas – NEAB/UFRGS), do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Migrações (NEPEMIGRA - UFRGS) e do GT Pensamento crítico caribeno sobre raza y racismo (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais). E-mail: pamela.marconatto@ufrgs.br

Rebecca Bernard é Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pedagoga pela École Normale des Professeurs Saint Louis de Gonzague, Haiti. Atua como professora voluntária de língua portuguesa para imigrantes no Centro Humanístico Vida, na cidade de Porto Alegre/RS. E-mail: rbernard351@gmail.com

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org